

MONITORIA DE DIREITO CIVIL II E V: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA NO ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

ISADORA VIÉGAS ANTUNES¹;
ANA CAROLINA MACHADO RATKIEWICZ²

¹Universidade Federal de Pelotas – *isadora98antunes@gmail.com*

²Universidade Federal de Pelotas – *anacarolinamac@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O ensino jurídico está relacionado diretamente com o desenvolvimento de atividades realizadas nos cursos de Direito, com o objetivo de, ao finalizá-lo, formar bacharéis em Direito capazes de realizar suas funções práticas no mundo jurídico (MENDONÇA; ADAID, 2018). Dessa forma, conforme preceitua Noslean da Silva Duarte da Conceição (2014), os alunos precisam compreender que o Direito não se resume a códigos, mas apresenta conteúdos sociais de extrema relevância na sociedade. A partir disso, é papel do ensino jurídico abordar as questões relevantes apresentadas nos códigos da forma como se apresentam no mundo real.

O ensino comumente utilizado pelas universidades de Direito ao redor do mundo se viu prejudicado no contexto pandêmico, tendo em vista que a maior parte de suas atividades não poderiam ser desenvolvidas presencialmente, dificultando a aprendizagem e a consequente formação dos discentes. Além disso, conforme dispõe José Theodoro Corrêa (2004, p. 148), “a preparação pedagógica do professor de Direito pode ser uma tarefa difícil, mas é urgente para melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem nos vários espaços institucionais” Diante dessas informações, é inevitável que haja essa preparação pedagógica para que a atuação no ensino remoto seja efetiva em todas as áreas do conhecimento.

Posto isso, é necessário que se defina quem são os alunos, quais são suas dificuldades, condições e perspectivas de vida e de futuro (VASCONCELOS, 1994) na atual situação da pandemia, para que seja possível ofertar a melhor qualidade de um ensino remoto.

Com isso em mente, renovou-se a proposta do programa de monitoria que, na realidade da Pandemia de Covid-19, viu-se obrigada a modificar sua estrutura e buscar evoluir através das plataformas digitais. Desde outubro de 2020, o programa de monitoria da Universidade Federal de Pelotas inaugura sua modalidade virtual, com o principal objetivo de auxiliar os docentes, que possuem local de destaque na sociedade acadêmica (MAROCCO, 2011) nesse processo de ensino-aprendizagem pelos meios digitais.

Apesar de a grade curricular do curso de Direito, especificamente, não ter sido modificada, ofertando-se todas as disciplinas obrigatórias e algumas optativas, o método de ensino e avaliação precisou enfrentar crises, pois, afinal, “o mundo globalizado e aproximado pela informática está estabelecendo novos paradigmas” (SANTOS, 2020, p. 217).

2. METODOLOGIA

As atividades da monitoria virtual foram desenvolvidas no ano letivo de 2020, juntamente com o docente responsável pelas disciplinas de Direito Civil II e Direito Civil V, que correspondem, respectivamente, as matérias de Direito das Obrigações e Direito de Família e Sucessões.

A contribuição da monitoria no âmbito das duas disciplinas se deu através de diversas atividades realizadas semanalmente, com o intuito de consolidar os conhecimentos dos conteúdos ministrados em ambas as disciplinas nas quais a monitoria foi exercida, facilitar o acesso e a compreensão às informações através das tecnologias e plataformas digitais utilizadas, além de auxiliar a docente a fim de fornecer atividades e metodologias que contribuíssem para a aprendizagem discente.

Dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se a leitura e análise de jurisprudências atualizadas referentes aos assuntos ministrados, indicação de bibliografias como material complementar àqueles disponibilizados pela docente, bem como favorecer o contato professor-aluno.

Quanto à leitura e análise de jurisprudência, esta era feita através de uma apresentação de *Power Point* que continha as principais informações encontradas nas decisões judiciais proferidas pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. A apresentação consistia em demonstrar, de forma acessível e visualmente prática, informações condizentes com o assunto abordado e a relação do conteúdo com a realidade jurídica. Com isso, as principais referências feitas eram a demonstração das partes litigantes, o objeto do pedido, os pedidos realizados e ao final a decisão proferida.

Concomitantemente à realização das tarefas acadêmicas desenvolvidas pelo monitor, era viabilizado contato com os discentes das disciplinas, através de grupos de Whatsapp e por e-mail, em que a monitora sanava dúvidas referentes aos conteúdos, às avaliações e, até mesmo, dúvidas relativas ao acesso à plataforma do E-aula. Como esse contato se dava de forma informal, os problemas encontrados pelos discentes no decorrer do ano letivo foram resolvidos pela própria monitora, excluindo a hierarquia existente no diálogo entre professor e aluno, uma vez que a relação com a monitora se dava de forma paritária.

Todas as atividades – elaboração de materiais ou relação aluno-aluno – eram supervisionadas pela docente, diariamente, o qual auxiliava e fornecia as informações necessárias a fim de possibilitar uma atuação assertiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do cenário pandêmico vivenciado globalmente, percebeu-se a necessidade da adaptação do ensino aos meios eletrônicos. Porém, apesar do desafio encontrado no ensino remoto, diversos obstáculos foram resolvidos através da monitoria virtual, com resultados promissores.

Inicialmente, os alunos de ambas as disciplinas demonstraram maior interesse pelas atividades, uma vez que a plataforma fornecia todas as informações básicas e complementares pertinentes aos assuntos trabalhados, de forma didática e sucinta, facilitando os estudos. No que diz respeito às dúvidas, estas eram resolvidas com precisão diante da atividade de monitoria, pois o contato aluno-docente foi facilitado, gerando uma ponte que conectou ambos virtualmente, tendo em vista que o único contato com a professora seria através da exposição das aulas síncronas e por outros meios eletrônicos de contato.

Diferentemente do ensino presencial, o ensino remoto exigiu maior responsabilidade dos discentes, a fim de verificar frequência e aprendizagem.

Semanalmente, eram disponibilizados formulários com questões relacionadas à temática abordada na semana, os quais eram respondidos, em regra, quase que integralmente. Com isso, verificou-se que houve grande adesão e interesse dos acadêmicos com a aprendizagem.

Em relação à monitoria, esta foi uma oportunidade de aprofundar assuntos e temáticas pertinentes à formação acadêmica e, conseqüentemente, fixação dos conteúdos trabalhados no período da monitoria. Tanto o é que, em razão disso, existe o interesse no prosseguimento da realização destas atividades, a fim de agregar em um possível mestrado e futura carreira acadêmica.

Por fim, destaca-se o fato de que, além das oportunidades e experiências vivenciadas no meio acadêmico virtual, bem como todas as aprendizagens adquiridas, o programa de monitoria proporcionou o aperfeiçoamento de outras qualidades inerentes ao meio acadêmico. Houve maior desenvolvimento nas disciplinas na qual a monitória exerceu suas atividades, aperfeiçou a oratória e a relação *inter partes*, uma vez que todas as relações usufruídas pela monitória durante suas atividades acarretaram em contato direto com a docente e os discentes ao seu redor.

4. CONCLUSÕES

No exercício da monitoria virtual percebeu-se a evolução da relação dos discentes com as plataformas virtuais de aprendizagem e maior responsabilidade com sua preparação acadêmica. Mais do que isso, notou-se um grande avanço dos próprios alunos no que se refere à adaptação ao ensino remoto, uma vez que puderam contar com o auxílio da discente monitória para desenvolver atividades práticas virtuais que interessassem e mantivessem a atenção dos alunos no ensino remoto.

Conclui-se, portanto, que, mais do que nunca, no contexto pandêmico atualmente vivenciado, é necessário reformar os métodos de aprendizagem e ensino, para que o objetivo principal seja concluído: moldar futuros profissionais críticos e capazes de exercer suas profissões como bacharéis de Direito. Ao mesmo tempo, essas modificações exigem do futuro profissional jurídico certa preocupação com a função social que exerce, a partir dessa ideologia de inovação e renovação, em que começa a exercitar, também, habilidades múltiplas que irão suprir as necessidades e imposições impostas pelo mundo moderno (MAROCCO, 2011). Diante disso, a monitoria exercida no ano letivo de 2020, na modalidade virtual, nas disciplinas de Direito Civil II e Direito Civil V, obteve resultados bastante positivos, tal como demonstrado ao logo destas linhas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCEIÇÃO, Noslean Silva Duarte da. **Ensino jurídico: um olhar da pedagogia sobre a prática brasileira**. 2014. Monografia (Conclusão de Cursos da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais) – Curso de Graduação em Direito, Centro Universitário de Brasília - UNIceub.

CORRÊA, José Theodoro. Ensino jurídico: reflexões didático-pedagógicas. **Direito em debate**, ano XII, n.º 22, p. 147-16, jul./dez.2004. Disponível em: www.revistas.unijui.edu.br. Acesso em: 09 de ago. 2021.

MAROCCO, Andréa de Almeida Leite. **Ensino Jurídico no Brasil: Desafios à formação do profissional do Direito no século XXI**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina.

MENDONÇA, Samuel e ADAID, Felipe Alves Pereira. **Tendências teóricas sobre o Ensino Jurídico entre 2004 e 2014: busca pela formação crítica**. Revista Direito GV [online]. 2018, v. 14, n. 3. Acesso em 9 ago. 2021. pp. 818-846. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6172201831>>. ISSN 2317-6172. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201831>.

SANTOS, Adelcio Machado dos. Ensino Jurídico: Conjuntura e perspectivas. In: VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de. **A (Não) Efetividade das Ciências Jurídicas no Brasil**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. 18, p. 217-228.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1994. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, 2).